

UNIDADE

2

**Sistema político clássico e contemporâneo e suas influências em políticas empresariais**

# Objetivo

Nesta unidade, você vai buscar desenvolver algumas considerações teóricas e históricas sobre os sistemas políticos, destacando suas possíveis interfaces com o universo das organizações.

## A história das idéias e das instituições políticas

Um primeiro aspecto a ser destacado, quando analisamos a política em perspectiva histórica, é que ela é resultado de um “longo processo [...], durante o qual ela se firmou como atividade na vida social dos homens” (LEO MAAR, 2004, p. 28).

Essa afirmação leva à conclusão de que a atividade política sempre está em constante transformação, seja no plano das idéias, das práticas ou das instituições. Um exemplo disso é o fato de que, embora os partidos políticos sejam instituições fundamentais para a caracterização de nossos sistemas políticos democráticos, isso não significa que eles não tenham sofrido ou venham a sofrer alterações ao longo da história ou mesmo que se tornem dispensáveis em futuras formas de organização política.

Vejamos, então, alguns importantes elementos históricos característicos dos sistemas políticos.

### Atividade política de gregos e romanos

Qualquer manual de ciência política, quando vai tratar da história (das idéias e instituições), deve iniciar pela Grécia, pelo simples fato, como vimos na Unidade 1, de que a idéia de política surgiu na **Grécia antiga**. Segundo Leo Maar (2004, p. 30) a origem do termo está associada “a partir da atividade social desenvolvida pelos homens da *polis*, a 'cidade estado' grega”. O fato de a política, no contexto grego, ser uma “atividade social” a diferenciava de outros contextos, como o da Pérsia ou do Egito, onde a atividade política seria “a do governante, que comandava autocraticamente o coletivo em direção a certos objetivos”

## Para saber mais

\***Platão** – Nasceu em Atenas, em 428 ou 427 a.C e faleceu em 347 a.C. De pais aristocráticos e abastados, de antiga e nobre prosápia, temperamento artístico e dialético – manifestação característica e suma do gênio grego – deu, na mocidade, livre curso ao seu talento poético, que o acompanhou durante a vida toda, manifestando-se na expressão estética de seus escritos. Aos vinte anos, Platão travou relação com Sócrates e gozou por oito anos do ensinamento e da amizade do mestre. A coleção das obras de Platão compreende trinta e cinco diálogos e um conjunto de treze cartas, entre elas: *Apologia de Sócrates*, *Banquete* ou *Do Bem*, *República* – livros II a X – , *Parmênides* ou *Das Formas*.

Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/escola/academia/obrasplatao.htm>>;

<<http://www.angelfire.com/ak/acropole/page5.html#A>>

\***Aristóteles** – Nasceu em Estagira, colônia grega da Trácia, no litoral setentrional do mar Egeu, em 384 a.C. Aos dezoito anos, em 367, foi para Atenas e ingressou na academia platônica, onde ficou por vinte anos, até a morte do mestre. Nesse período, estudou também os filósofos pré-platônicos, que lhe foram úteis na construção do seu grande sistema. Aristóteles fundou o Liceu, a sudoeste de Atenas. Alguns exemplos de suas obras são: os *Diálogos*, três livros sobre a filosofia, quatro livros sobre a justiça, poemas, cartas, orações, apologia havendo dúvidas quanto a sua efetiva autoria.

Disponível em: <[http://br.cade.dir.yahoo.com/Ciencia/Ciencias\\_Humanas/Filosofia/Filosofos/Aristoteles\\_\\_384\\_322\\_a\\_C\\_/>](http://br.cade.dir.yahoo.com/Ciencia/Ciencias_Humanas/Filosofia/Filosofos/Aristoteles__384_322_a_C_/>);

<[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/escola/liceu/obras\\_aristoteles.htm](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/escola/liceu/obras_aristoteles.htm)>

(p.30). Dessa forma, conclui Leo Maar que “o que a política grega acrescenta aos outros estados é a referência à cidade, ao coletivo da *polis*, ao discurso, à cidadania, à soberania, à lei” (*idem*).

Dois pensadores são fundamentais em qualquer referência à vida política grega: **Platão** e **Aristóteles**.

A obra desses dois pensadores foi dedicada, dentre outras questões, à busca dos fundamentos de qual seria a melhor forma de organização política das sociedades (LEO MAAR, 2004, p.31). Nesse sentido, temos em Platão uma aposta na virtude do governante, que deveria conhecer “os fins da *Polis*”, de modo a oferecer uma luz que retirasse os súditos da “escuridão”. Já Aristóteles defende a idéia de que a “política utiliza todas as outras ciências e todas elas perseguem um determinado bem, o fim que ela persegue pode englobar todos os outros fins, a ponto de este fim ser o bem supremo dos homens” (*idem*).

Um aspecto importante da experiência grega a ser destacado é a associação que se verifica nesse contexto entre as idéias de **ética** e **política**. A política, nesse caso, seria a própria materialização da ética, “[...] um referencial para o comportamento individual em face do coletivo social, da multiplicidade da *polis*” (*ibidem*).

Quanto ao **modelo romano**, cabe destacar o fato de termos aí a experiência da política como atividade “centralizada e exercida por um Estado forte e centralizador” (LEO MAAR, 2004, p.32). A atividade política, nesse contexto, dizia respeito à relação entre a autoridade do governante e os direitos e deveres dos governados, e seria efetuada por meio do instrumento do direito: o **Direito Romano**. Por ele, garantia-se a “não-interferência do Estado na propriedade privada, nos interesses patrícios, a não-ingerência do público, coletivo, no particular” (LEO MAAR, 2004, p.33).

## A Idade Média e o Renascimento

A **Idade Média** teve como elemento central de sua organização política a associação entre o poder político e a religião (HELD, 1987). Nesse contexto, segundo Leo Maar (2004, p. 35), presenciaria uma duplicidade do poder, sendo o político “exercido pela nobreza” e o civil “exercido pelo clero religioso”.

Quando se trata da organização política da Idade Média, não se pode esquecer do **Renascimento\*** (século XV), e nesse caso é obrigatório destacar a presença do pensador Nicolau Maquiavel (1469-1527). Em sua famosa obra *O Príncipe*, esse pensador formula uma série de conselhos no sentido de o soberano conquistar e manter seu poder. Numa interpretação do pensamento de Maquiavel, pode-se afirmar que, para ele, a função da política seria colocar “ordem” no mundo, a qual poderia ser interpretada como uma luta para “conquistar”, “manter” e “conter” o poder (HELD, 1987). Esse pensador também desenvolveu as idéias de **virtude** e **fortuna**, que apontavam no sentido de que o bom governo é aquele portador da virtude, ou seja, o conhecimento e a dedicação à coisa pública e à fortuna, que estava associada à dimensão do acaso, da sorte que todo governante precisa ter para se manter no poder. Por fim, temos em Maquiavel um conceito de governo **republicano**, que seria formado, segundo Magalhães (2001, p.46), por:

### GLOSSÁRIO

**\*Renascimento** – Foi “um movimento intelectual, científico e artístico que teve sua maior expressão na Itália, representou precisamente a primeira erupção da nova mentalidade racionalista, secular, que busca centrar a finalidade do conhecimento no homem e na vida material, desvinculando as atividades políticas de finalidades religiosas e passando a considerá-las um conjunto de atividade com objetivos essencialmente mundanos” (MAGALHÃES, 2001, p.41).

“mecanismos capazes de fazer valer a vontade da maioria e educar os membros da comunidade para viverem de acordo com a liberdade cívica e que criem limites para o exercício do poder arbitrário, seja ele do príncipe, da aristocracia ou do próprio povo”.

## A Teoria Política Moderna

A partir do século XVII, a grande inovação nas formas de pensar a política aconteceu no movimento intelectual conhecido como **contratualista**. Segundo Bobbio e Bovero (1994), num sentido amplo, por contratualismo deveria se entender uma escola de pensamento político europeu, surgida entre os séculos XVII e XVIII, que colocava os fundamentos ou a origem do poder político num contrato firmado entre os homens. Os principais autores dessa escola foram Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e **Jean Jacques Rousseau** (1712-1778).

### Para saber mais

\***Jean Jacques Rousseau** – Nasceu em 28/07/1712, em Genebra, Suíça, numa família de origem francesa e protestante e faleceu em 1778. Rousseau declara-se inimigo do progresso. Para ele, o progresso das ciências e das artes tornou o homem vicioso e mau, corrompendo sua natureza íntima. Frequentemente se resume a tese de Rousseau aos seguintes termos: o homem é bom por natureza, a sociedade o corrompe. Sua obra mais polêmica e discutida é *O contrato social*, nessa obra, ele pesquisa as condições de um Estado social que fosse legítimo, que não mais corrompesse o homem.

Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/rosseau.htm#B>>

Deve-se destacar que cada um desses pensadores tinha uma visão diferenciada sobre a melhor forma de organizar o poder político. Enquanto Hobbes defendia o modelo das “monarquias absolutas”, Locke era militante da causa da “monarquia constitucional”. Já Rousseau era defensor de um modelo republicano de organização.

O que unifica esses pensadores é o fato de colocarem a origem do Estado na vontade dos homens. A idéia do contrato pode ser vista como uma abstração, no sentido de justificar o fenômeno estatal como construído pela ação humana.

Alguns conceitos são fundamentais no vocabulário contratualista (apesar das particularidades que cada autor confere a esses conceitos):

- **estado de natureza:** momento em que os homens vivem sem normas e regras de regulação da vida social;
- **direitos naturais:** direitos dos seres humanos que não são oriundos do Estado, mas derivados da razão humana (MAGALHÃES, 2001); e
- **contrato social:** momento em que os homens saem do Estado de natureza e decidem criar o Estado como instituição capaz de regular a vida social.

Para além desse universo conceitual, o que deve ser retido na análise desses pensadores é o fato de que temos aí a construção de uma teoria da política, em que a política é vista como produto da vontade dos homens, os quais têm direitos (os direitos naturais), e a função do Estado é protegê-los. Dessa afirmação deriva a idéia de que com os contratualistas surgiram as primeiras construções intelectuais. A temática do Estado limitado foi ampliada por outros pensadores,

## Para saber mais

\***Barão de Montesquieu** – Carlos Louis de Secondat, Barão de La Brede e de Montesquieu (1689-1755), conhecido na história como Montesquieu, desempenhou um papel de destaque na transformação da França do século XVIII. Foi presidente do Parlamento de Bordéus, escritor, filósofo e historiador. Publicou primeiro vários ensaios sobre a física e história natural e depois se dedicou ao estudo de história, à política e à moral. Sua obra fundamental, que corresponde a 40 anos de observação denomina-se **O espírito das leis**. Disponível em: <[http://www.freemasons-freemasonry.com/lluminismo\\_Franc%C3%A9s.html](http://www.freemasons-freemasonry.com/lluminismo_Franc%C3%A9s.html)>

\***John Stuart Mill** – Nasceu em Londres, em 20 de maio de 1806, e faleceu em Avinhão, 8 de maio de 1873. Foi um filósofo, e economista e um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX. Sucessor do liberalismo de John Locke, no século XIX, propôs, em seu **Essays on Government** (1978), a instituição do governo representativo, de caráter eletivo, mediante o qual seus executivos seriam impedidos de abusar do poder, graças ao freio do exercício por mandato de tempo limitado.

Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58rodrigues.htm>  
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/John\\_Stuart\\_Mill](http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Stuart_Mill)>

\***Adam Smith** – Considerado o formulador da teoria econômica, nasceu em 1723, em Kirkcaldy, na Escócia e faleceu em 17/06/1790. Grande parte das contribuições de Adam Smith para o campo da economia não foi original, porém, ele foi o primeiro a lançar os fundamentos para o campo dessa ciência.

Disponível em: <[http://www.10emtudo.com.br/artigos\\_1.asp?CodigoArtigo=34](http://www.10emtudo.com.br/artigos_1.asp?CodigoArtigo=34)>;  
<<http://www.economiabr.net/biografia/smith.html>>

como o **Barão de Montesquieu** (1689-1755), **John Stuart Mill** (1806-1873) e **Adam Smith** (1723-1790).

Tais pensadores podem ser enquadrados na tradição do **liberalismo**, que justamente tem como princípio a defesa de que o Estado deve ter funções delimitadas, seja no campo de seus poderes (liberalismo político), seja no campo de suas funções (liberalismo econômico). A idéia do cidadão portador de direitos invioláveis, como a vida ou a propriedade, é argumento de origem tipicamente liberal, assim como também o é a defesa de que o Estado deve ter suas funções limitadas para garantir o funcionamento do mercado, pois este resolveria os problemas de geração do bem-estar coletivo, por meio da mão invisível.

Em autores como Montesquieu e John Stuart Mill, temos a defesa do Estado limitado em seus poderes, ou seja, **a questão central de suas reflexões é como garantir que o poder do Estado não se torne absoluto**. Para isso, o primeiro deles defendeu a idéia de que a melhor maneira de limitar os poderes estatais é por sua divisão em três: o poder Executivo, o poder Legislativo e o Judiciário. Dessa forma, cada um deles teria funções delimitadas e seria exercido por pessoas distintas, funcionando como um sistema de pesos e contra-

pesos, cada um controlando os demais. Já John Stuart Mill defendeu a idéia de que a melhor maneira de evitar um governo **despótico** (de



poderes ilimitados) seria o **governo representativo**, ou seja, uma forma de organização institucional em que os vários setores e as forças da sociedade pudessem estar representados no parlamento. Tais representantes, porém, deveriam ter liberdade em relação a seus representados, para tomar as decisões que acreditassem ser as melhores para a sociedade.

Por fim, em Adam Smith, temos a defesa do **Estado limitado em suas funções**, aquilo que ficou conhecido como liberalismo econômico. Temos, nesse autor, a defesa de que o bom governo é aquele que não intervém de modo nenhum na ordem econômica. Sua função seria proteger a ordem na sociedade, bem como garantir a vigência do princípio da propriedade privada. Segundo Smith, o governo, ao deixar a economia funcionar por conta própria, estaria contribuindo para a produção do bem comum, pois haveria algo como uma “mão invisível” que guiaria o mercado, de modo que, mesmo numa situação em que todos os participantes do mercado busquem o lucro e a acumulação, o resultado seria o bem-estar coletivo.

As teorias liberais ofereceram as bases para a organização da maioria dos Estados europeus no período posterior à Revolução Francesa (1789), em que foram eliminadas as monarquias absolutas. Nesse novo contexto, as idéias de livre mercado e direitos do cidadão foram disseminadas e instituídas em boa parte dos países do Velho Mundo.

## Saiba mais...

- Sobre as diferenciações entre liberalismo político e liberalismo econômico, ver : BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 3. ed. Brasília: Ed. UNB, 1990.
- Para maiores esclarecimentos sobre o contratualismo e os conceitos de república, monarquia, constitucionalismo, absolutismo, ver: BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 1992. 2 vol.

## Karl Marx e a crítica ao Estado

### Para saber mais

\* **Karl Marx** – Economista, filósofo e socialista, Karl Marx nasceu em Trier, na Alemanha, em 5 de maio de 1818, e morreu em Londres, na Inglaterra, em 14 de março de 1883. Estudou na universidade de Berlim, principalmente a filosofia hegeliana, e formou-se em Jena, em 1841, com a tese *Sobre as diferenças da filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro*. Em 1864, Marx foi co-fundador da Associação Internacional dos Operários, depois chamada I Internacional, desempenhando dominante papel de direção. Em 1867, publicou o primeiro volume da sua obra principal, *O Capital*.

Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/marx.htm>>

Se os liberais estavam preocupados em defender um Estado limitado em suas funções e poderes, o filósofo e economista alemão **Karl Marx** (1818-1883) denunciou a sociedade capitalista como alienadora e repressiva e o Estado como um dos instrumentos que garantiriam a reprodução desse tipo de sociedade. Nessa perspectiva, o Estado seria um “órgão de classe”, pois suas funções estariam relacionadas para garantir a reprodução do modo de produção capitalista, cuja essência seria a divisão da sociedade em classes (sendo as duas classes

fundamentais a burguesia e o proletariado) e a exploração de uma maioria (proletariado) por uma minoria (burguesia).

Na perspectiva de Marx, os ideais de liberdade e igualdade não passariam de uma **maquiagem** ideológica para garantir a dominação da burguesia, no contexto do capitalismo. Haveria, no modo de produção capitalista, uma contradição entre a igualdade formal (perante a lei) e a igualdade real (ser proprietário ou não das relações de produção).

Apesar disso, Marx identificava no modo de produção capitalista um caráter revolucionário, pois este tinha como característica básica o fato de transformar constantemente a sociedade, mediante, por exemplo, as contínuas mudanças tecnológicas. Esse fato, segundo Marx, ao mesmo tempo em que seria a força desse modo de produção, seria também sua fraqueza, pois dessa mudança constante surgiriam aqueles que poderiam pôr fim à “exploração do homem pelo homem”, ou seja, aos “proletários”. Nesse sentido, os proletários seriam a classe que poria fim à dominação burguesa, pela instauração do **comunismo**. Nas palavras de Sell (2001, p.176), “O centro das preocupações políticas de Marx estava voltado para a superação da ordem social

capitalista. Ele afirmava que somente a classe operária, pelo seu papel chave no capitalismo, tinha as forças e as condições para a revolução que derrubaria a burguesia e começaria uma nova etapa da humanidade: a sociedade comunista”.

Esse processo em que o proletariado se torna uma classe revolucionária estaria marcado por sua organização política por meio, primeiro, dos sindicatos e, depois, na forma de **um partido político**. O livro *O manifesto do partido comunista* foi escrito por Marx (1847) com o propósito de pensar um programa político para o proletariado. Nessa obra, que inicia com a famosa frase “Proletários do mundo, uni-vos!”, identificam-se também algumas considerações sobre o que seria uma sociedade comunista. Apesar de Marx ter escrito muito pouco sobre isso, dois elementos são essenciais ao pensar o comunismo (SELL, 2001, p.178):

- a abolição das classes sociais;
- a abolição do Estado.

Marx acreditava que o comunismo seria marcado pela associação livre dos trabalhadores, em que “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (SELL, 2001, p. 178). Dessa forma, não teríamos mais classes sociais na sociedade comunista.

Dessa formulação surge que, se o Estado era produto da divisão da sociedade em classes, uma derivação lógica disso é que, quando as classes sociais fossem extintas com o comunismo, o Estado não teria mais razão de existir. Assim, uma segunda característica do comunismo seria a extinção do Estado.

As idéias de Marx forneceram o substrato ideológico para os partidos comunistas e **socialistas** em todo o século XX. Tiveram sua aplicação nos experimentos socialistas derivados de revoluções, como a Revolução Russa de 1917, a Revolução Chinesa de 1949, a Revolução Cubana de 1959, além de muitas outras. O chamado socialismo real entrou em grande crise após a queda do muro de Berlim, em 1989, e a posterior dissolução da União Soviética em 1991.

*O Manifesto do Partido Comunista* foi elaborado por Marx e Engels como programa da Liga dos Comunistas por decisão do seu II Congresso, realizado em Londres, na Inglaterra, entre 29 de novembro e 8 de dezembro de 1847. Disponível em: <<http://www.pcp.pt/publica/edicoes/25501144/notas.html>>

Destaca Sell (2001, p.179) que a Revolução Russa, liderada por Lênin e Trotsky, “foi a primeira tentativa de suplantare o capitalismo e construir uma nova sociedade. Todavia, a primeira experiência de socialismo acabou se tornando uma ditadura com economia estatizada sob as mãos de Josef Stálin (1879-1953), que permaneceu no poder até 1953. Assim, a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), acabou se desagregando no ano de 1991”.

## Liberalismo, Keynesianismo e Neoliberalismo

Para compreender elementos da teoria política e econômica de Adam Smith e a idéia de mão invisível, ver Châtelet et al. (1985, p.68-70).

Com relação à organização do Estado, na maioria dos países do mundo, vigorou até os anos 30 do século XX o argumento da “mão invisível”, formulado por Adam Smith, no qual o capitalismo aparecia como um sistema ideal em termos de racionalidade e eficiência, segundo Tosi Rodrigues (1995). Nesse construto, as funções do Estado deveriam limitar-se a fazer cumprir os contratos e garantir a propriedade privada.

Porém, já no final do referido século, o funcionamento real do capitalismo começava a apresentar evidências que contrariavam suas teorias justificadoras. Em vez da “mão invisível” que produziria o “bem comum”, o que se observava era a concentração de poder industrial em empresas gigantescas, trustes e cartéis aliada ao total desamparo dos cidadãos excluídos da órbita do mercado. O resultado dessa organização institucional do capitalismo foi aumento de sua instabilidade, culminando com a Grande Depressão de 1929:

A Grande Depressão dos anos trinta foi um fenômeno mundial, que afetou todas as grandes economias capitalistas. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 24 de outubro de 1929 (um dia que ficou conhecido como ‘quinta-feira negra’), a bolsa de valores de Nova Iorque teve uma queda brusca nas cotações dos títulos, fenômeno que acabou destruindo toda a confiança na economia. Com isso, os empresários reduziram a produção e os investimentos, o que causou a diminuição da renda nacional e do número de empregos, diminuindo mais ainda a confiança na economia. Antes de encerrado o processo, milhares de empresas tinham ido à falência, milhões de pessoas tinham ficado sem emprego e estava sendo preparada uma das maiores catástrofes da história (HUNT, 1984 *apud* TOSI RODRIGUES, 1995, p.3).

### GLOSSÁRIO

\**Laissez-faire* – Expressão em língua francesa que significa “deixai fazer”.

Nesse contexto, a teoria que propiciou uma saída para a crise vivenciada foi a formulada por John Maynard Keynes. Já em 1926, Lord Keynes postulou a ruptura com as bases do capitalismo *laissez-faire*\*. Nas palavras desse economista: “Não constitui uma dedução

correta dos princípios da economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto-interesse seja geralmente esclarecido” (KEYNES *apud* TOSI RODRIGUES, 1995, p.3).

A aplicação das teses keynesianas deu origem a maior intervenção do Estado na economia, sendo o germe daquilo que no período posterior à Segunda Guerra Mundial veio denominar-se *Welfare State*. Tal modelo de Estado, marcado pela confluência entre os interesses capitalistas e a ação do Estado, deu origem a um período marcado por grande desenvolvimento, estabilidade e prosperidade sem precedentes na história do capitalismo (TOSI RODRIGUES, 1995).

A partir do final dos anos 1960, porém, adveio a crise nos países centrais, derivada da combinação então vigente entre uma acumulação intensiva e uma regulação monopolista. “O círculo virtuoso” (ganhos de produtividade alimentando aumentos reais de salário e vice-versa), então, cedeu lugar ao círculo vicioso de inflação, com estagnação econômica que se instalou na maior parte dos países desenvolvidos (TOSI RODRIGUES, 1995).

Nesse contexto, ganhou fôlego uma série de críticas que vinham sendo feitas ao Estado Intervencionista/Keynesiano presente na Europa e nos Estados Unidos. Tais críticas voltaram-se contra qualquer limite estabelecido por parte do Estado ao funcionamento dos mecanismos do mercado: “o ‘mercado livre’ é a garantia da liberdade econômica e política, esta última também ameaçada pelo intervencionismo” (FILGUEIRAS, 2000, p.45).

O argumento básico desse “novo liberalismo” foi sintetizado nas palavras de um de seus mais destacados pensadores, da seguinte forma:

O problema básico da organização social é como coordenar as atividades econômicas de um grande número de pessoas. Mesmo nas sociedades relativamente atrasadas se requer uma extensa divisão do trabalho e de especialização de funções, a fim de fazer um uso seletivo dos recursos disponíveis. Nas sociedades avançadas, a escala em que a coordenação é requerida, para aproveitar plenamente as oportunidades oferecidas pela ciência e pelas tecnologias modernas, é muito maior [...] O desafio para o crente na liberdade é reconciliar esta generalizada interdependência com a liberdade individual. [...]

Esse período de grande estabilidade econômica, política e social foi objeto de várias interpretações por parte dos cientistas sociais. Para alguns se estava diante do fim das ideologias (Bell, Aron), para outros, estaríamos imersos numa sociedade controlada, “unidimensional”, guiada exclusivamente pela racionalidade instrumental.

Fundamentalmente, existem só dois modos de coordenar as atividades econômicas de milhões de pessoas. Um é a direção centralizada que implica o uso da coerção – a técnica do exército e do moderno Estado totalitário. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado (FRIEDMAN *apud* BORON, 1999, pp.51-52).

Friedman trabalha com o princípio de que Estado e mercado são formas de organização social antagônicas e irreconciliáveis. O mercado seria importante não só por garantir desenvolvimento econômico, mas também liberdade econômica e política. Já o Estado é visto como depositário, pelo menos tendencialmente, do autoritarismo e da coerção.

As idéias neoliberais acabaram sendo colocadas em prática, sobretudo com a chegada ao poder do Partido Conservador na Inglaterra, com Thatcher, em 1979, e do Partido Republicano, com Ronald Reagan, nos EUA, em 1980. Poder-se-iam caracterizar tais governos como representantes da “primeira onda” do neoliberalismo. Naquele que ficou conhecido como o modelo mais puro do neoliberalismo – o Inglês – foram adotadas medidas como: controle da emissão monetária, elevação da taxa de juros, abolição do controle de fluxos financeiros, repressão aos sindicatos, legislação anti-sindical, corte de gastos e privatização. No governo de Reagan, também foi implementada uma série de medidas, porém, com bem menos radicalidade do que na Inglaterra e, além disso, fazendo junção entre o neoliberalismo nas políticas econômicas e a manutenção do “Keynesianismo” militar (ANDERSON, 1995). No restante da Europa, o neoliberalismo foi bem mais cauteloso, realizando somente políticas de disciplina orçamentária e reforma fiscal.

Uma questão que se coloca nessa primeira onda do neoliberalismo é se ele conseguiu cumprir suas promessas. Verificando a maioria das experiências de governos neoliberais na Europa e nos EUA, podemos perceber que foi obtido êxito em uma série de políticas, principalmente no combate à inflação e na elevação da taxa de lucros. Porém, como objetivo global, observamos que o neoliberalismo não cumpriu seu fim, que era promover uma reanimação das taxas de crescimento da economia capitalista. Além disso, o desemprego cresceu enormemente em toda a Europa e a desigualdade social aumentou (ANDERSON, 1995).

Como questão se coloca o porquê da recuperação dos lucros não ter resultado em crescimento. A resposta de Anderson (1995) vai no sentido de que a desregulamentação financeira da economia capitalista mundial fez com que houvesse inversão do investimento de capital: do capital produtivo para o capital financeiro. Observa-se, cada vez mais, um deslocamento do capital, da esfera da produção para o espaço dos mercados financeiros, os quais, graças ao constante processo de sofisticação tecnológica e globalização da economia, circulam por todo o mundo na busca de segurança e rentabilidade (FIORI, 1995; FIORI; TAVARES, 1993).

## A globalização

A partir de agora, você vai conhecer ou rever outro elemento importante na organização dos sistemas políticos contemporâneos: a globalização. Não se tem intenção de fazer uma reconstituição do debate em torno desse conceito, e sim mostrar como a globalização constitui importante elemento na configuração do mundo contemporâneo.

Vamos começar afirmando que não existe explicação consensual para o fenômeno, de modo que Held e McGrew (2001) identificam duas grandes linhas de argumentação: de um lado, os que a consideram um fenômeno histórico real e significativo – **os globalistas** –, de outro, aqueles que a concebem como uma construção primordialmente ideológica ou mítica, de valor explicativo marginal – **os céticos**. Para os autores, mesmo sendo um dualismo grosseiro, já que destaca duas interpretações conflitantes entre diversas teses e opiniões, a diferenciação é válida se utilizada como tipo ideal.

Os céticos têm como ponto de partida a seguinte questão: “O que é global na globalização?” Para eles, se o global não puder ser interpretado literalmente como fenômeno universal, faltaria então uma especificidade clara para o conceito de globalização. Para eles, na inexistência de referenciais geográficos claros, fica impossível distinguir o que é regional de o que seria realmente global.

Held e McGrew (2001), ao analisar o conceito, sustentam que os céticos tentam encontrar uma prova conclusiva da tese da globalização. Na maioria dos casos, constroem um modelo abstrato sobre o que seria a economia global ou a cultura global e comparam-no com a realidade. Outros procuram avaliar até que ponto as tendências contemporâneas se comparam com o que diversos historiadores afirmaram ter sido “a *belle époque* da globalização, a saber, o período de 1890 a 1914” (HELD; MCGREW, 2001, p.15). Nesse aspecto, a análise dos céticos decididamente descarta o valor descritivo ou explicativo desse conceito. Em vez de globalização, os céticos concluem que uma conceituação mais válida das tendências atuais seria captada pelos termos “internacionalização”, isto é, laços crescentes entre economias ou sociedades nacionais essencialmente distintas, e “regionalização” ou “triadização”, ou seja, o agrupamento geográfico de trocas econômicas e sociais transfronteiriças (HELD; MCGREW, 2001, p.15).

---

*Assim, segundo a perspectiva dos céticos, o discurso sobre a globalização seria primordialmente uma construção ideológica que ajuda a legitimar e justificar o projeto neoliberal. Nesse aspecto, o conceito de globalização funcionaria como um “mito necessário”, em que os governos e políticos disciplinam seus cidadãos para que eles satisfaçam os requisitos do mercado global (HELD; MCGREW, 2001, p.15).*

---

Uma típica análise “globalista” encontra-se em Giddens (1996).

A **visão globalista** rejeita a afirmação de que o conceito de globalização seja simplesmente um construto puramente ideológico. Embora reconheçam que o discurso da globalização possa ser utilizado para esse fim, afirmam que tal conceito descreve mudanças estruturais



reais na escala da organização social. Isso se evidencia, dentre outras manifestações, na internacionalização das empresas capitalistas, na esfera da cultura popular e pela valorização dos problemas ambientais como problemas globais. “Em vez de conceber a globalização como um fenômeno exclusivamente econômico, a análise globalista confere um status equiparável a outras dimensões da atividade social” (HELD; MCGREW, 2001, p. 16).

Em sua crítica aos céticos, os globalistas afirmam que reduzir a globalização a uma lógica puramente econômica ou tecnológica é altamente equivocado, pois se desconhece a complexidade da vida social moderna. Ela desenvolve-se em outras esferas (como a da cultura), sem haver um padrão histórico ou espacial idêntico ou comparável, em cada um desses campos (HELD; MCGREW, 2001).

---

---

*Segundo Held; McGrew (2001, p. 80), em vez de comparar a realidade com algum modelo abstrato de mundo globalizado ou de comparar os fluxos globais em épocas diferentes, a análise globalista recorre a formas sócio-históricas de análise. Isso leva ao exame de como os padrões de globalização, dentro e entre os diferentes campos de atividade, comparam-se e contrastam ao longo do tempo. Dessa forma, a globalização torna-se um processo indeterminado, sujeito a avanços e recuos, trazendo consigo tensões como a cooperação e o conflito, a integração e fragmentação, exclusão e inclusão, convergência e divergência, ordem e desordem.*

---

---

As diferenças entre as duas perspectivas dão-se praticamente em todas as esferas em que o mundo contemporâneo é analisado. O Quadro 1 resume o debate.

	Céticos	Globalistas
1. Conceitos	Internacionalização, não-globalização, regionalização	Um só mundo, moldado por fluxos, movimentos e redes sumamente extensos, intensivos e rápidos através das regiões e dos continentes
2. Poder	Predomina o Estado nacional, intergovernamentalismo	Desgaste da soberania, da autonomia e da legitimidade do Estado, declínio do Estado-nação, aumento do multilateralismo
3. Cultura	Ressurgimento do nacionalismo e da identidade nacional	Surgimento da cultura popular global, desgaste das identidades políticas fixas, hibridização
4. Economia	Desenvolvimento de blocos regionais, triadização, novo imperialismo	Capitalismo global, informacional, economia transnacional, nova divisão regional do trabalho
5. Desigualdade	Defasagem crescente entre o norte e o sul, conflitos de interesse irreconciliáveis	Desigualdade crescente nas e entre as sociedades, desgaste das antigas hierarquias
6. Ordem	Sociedade Internacional de Estados, persiste inevitavelmente o conflito entre os Estados, gestão internacional e geopolítica, comunitarismo	Gestão global em camadas múltiplas, sociedade civil global, organização política global, cosmopolitismo

Quadro 1: Diferenças entre as perspectivas dos céticos e dos globalistas sobre a globalização.

Fonte: adaptado de Held e McGrew (2001, p.92).

Como se pode observar no quadro 2, globalistas e céticos têm concepções completamente diferenciadas da globalização, sendo que os argumentos tendem a refutar-se mutuamente. Porém, numa análise mais detida das duas perspectivas, podem-se identificar alguns pontos que são praticamente consensuais entre as duas análises. Para Held e McGrew (2001), os dois lados admitiram que:

- houve aumento, nas últimas décadas, da interligação econômica nas e entre as regiões, ainda que com conseqüências diferenciadas em cada uma delas;
- a competição inter-regional e global desafia as velhas hierarquias e gera novas desigualdades de riqueza, poder e privilégio;
- alguns problemas, como a lavagem de dinheiro e a questão ambiental, fogem da esfera de responsabilidade das tradicionais instituições dos governos nacionais;
- houve expansão da gestão internacional nos planos regional e global – por exemplo, os blocos econômicos regionais e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

## Os sistemas políticos e as políticas empresariais

Até aqui tratamos basicamente da evolução histórica das idéias políticas, bem como das mudanças pelas quais passaram os sistemas políticos ao longo da história. Nesse sentido, tivemos a oportunidade de ver alguns traços da organização política de Atenas, Roma, da Idade Média, bem como aquilo que foi denominado de Estado liberal, o socialismo e o keynesianismo. Por fim, tivemos a oportunidade de visualizar rapidamente os principais elementos do neoliberalismo e da globalização.

**Nosso foco agora passa a ser a compreensão de como a forma como os sistemas políticos são organizados afeta a vida das organizações e as políticas empresariais.**

**Nesse sentido, mais do que teorizar essas questões, vamos tratá-las na forma de exemplos e associações.**

Em primeiro lugar, podemos afirmar que, quando nos reportamos à idéia de liberalismo, estamos pensando numa forma de organização do Estado em que ele pouco intervém na regulação da vida econômica, podendo se materializar em políticas de privatização de empresas estatais, abertura comercial, estímulo à livre concorrência etc.

Vários estudos têm apontado que a organização típica do Estado liberal tem impactos diferenciados sobre países, regiões, indústrias e setores da economia. Um exemplo típico disso são as políticas de abertura comercial. Nesse caso, um país pode estimular importações baixando tarifas de determinados produtos. Foi a política adotada pelo Brasil no período em que foi administrado pelo presidente Collor. Qual é o impacto dessas políticas? De um lado, elas podem ter o impacto positivo de favorecer a modernização de determinados setores da indústria e de serviços, como afirmam seus defensores. Outra con-

seqüência é o fechamento de indústrias nacionais e o desemprego, derivados do fato de que muitos setores não conseguem competir com os produtos importados. Essa questão, em geral, é apontada pelos críticos.

Outros exemplos podem ser citados. Poderíamos perguntar sobre o impacto na vida das organizações causado pelas políticas de proteção comercial e pelo pleno emprego, típicas do Estado keynesiano. Essas são questões que administradores, economistas, cientistas políticos e outros profissionais devem enfrentar, ao definir políticas empresariais em diferentes contextos sociopolíticos.

No entanto, deve ficar claro que a organização dos sistemas políticos forma um dos elementos do contexto em que são formuladas e definidas as decisões empresariais. Nesse sentido, é importante ter em mente não apenas os elementos mais estruturais de um sistema político, ou seja, o fato de este tratar-se de uma democracia ou ditadura ou se o Estado está organizado de forma liberal ou intervencionista. Tão importante quanto esses elementos são as variáveis relacionadas à estabilidade e instabilidade política e econômica de uma região ou um país. Não é sem motivos que as organizações internacionais desenvolvem tantos índices destinados a mensurar questões como a solidez das instituições de um país, suas perspectivas de futuro, seus riscos. Tais índices, apesar de seu caráter ideológico, no sentido de valorizar apenas alguns aspectos da organização política e econômica nacional adquirem cada vez mais importância, no contexto de uma economia globalizada. Exemplo mais significativo disso é aquele representado pela expressão “risco país”. Vejamos o que significa esse índice a seguir:

---

#### **O que é o risco país?**

A expressão “risco país” entrou para a linguagem cotidiana do noticiário econômico, principalmente em países que vivem em clima de instabilidade, como o Brasil e a Argentina. O “risco país” é um indicador que tenta determinar o grau de instabilidade econômica de cada país. Dessa forma, tornou-se decisivo para o futuro imediato dos países emergentes. A seguir, estão enumerados alguns pontos básicos que facilitam o entendimento desse conceito, que vem tendo cada vez mais destaque.

### **O que é exatamente o risco país?**

O risco país é um índice denominado Emerging Markets Bond Index Plus (EMBI+) e mede o grau de “perigo” que um país representa para o investidor estrangeiro.

Esse indicador concentra-se nos países emergentes. Na América Latina, os índices mais significativos são aqueles relativos às três maiores economias da região: Brasil, México e Argentina.

Dados comparativos de outros países – como Rússia, Bulgária, Marrocos, Nigéria, Filipinas, Polônia, África do Sul, Malásia e outros – também são considerados no cálculo dos índices.

### **Quem é responsável pelo cálculo do índice?**

O risco país é calculado por agências de classificação de risco e bancos de investimentos. O banco de investimentos americano J. P. Morgan, que tem filiais em diversos países latino-americanos, foi o primeiro a fazer essa classificação.

### **Que variáveis econômicas e financeiras são consideradas no cálculo do índice?**

O J. P. Morgan analisa o rendimento dos instrumentos da dívida de um determinado país, principalmente o valor (taxa de juros) com o qual o país pretende remunerar os aplicadores em bônus, que são representativos da dívida pública.

Tecnicamente falando, o risco país é a sobretaxa que se paga em relação à rentabilidade garantida pelos bônus do Tesouro dos Estados Unidos, país considerado o mais solvente do mundo, ou seja, o de menor risco para um aplicador de não receber o dinheiro investido acrescido dos juros prometidos.

### **Como se determina essa sobretaxa?**

Dentre outros, são avaliados, principalmente, aspectos como o nível do déficit fiscal, as turbulências políticas, o crescimento da economia e a relação entre a arrecadação e a dívida de um país.

### **Como se expressa o risco país?**

Em pontos básicos, sua conversão é simples: 100 unidades equivalem a uma sobretaxa de 1%.

### **Concretamente, o que significa esse índice para os investidores?**

É um orientador. O risco país indica ao investidor que o preço de se arriscar a fazer negócios em um determinado país é mais ou menos elevado.

Quanto maior for o risco, menor será a capacidade do país de atrair investimentos estrangeiros. Para tornar o investimento atraente, o país tem de elevar as taxas de juros que remuneraram os títulos representativos da dívida.

**Fonte:** Disponível em: <www.portalbrasil.net/economia\_riscopais.htm>. Acesso em: mai. 2006.

Importante ao abordar essas questões é ter em mente que tais índices só têm sentido de existir no contexto de uma economia globalizada, em que o **fluxo** e a **velocidade das informações** se acentuam rapidamente, bem como a capacidade de ação dos governos nacionais se vê seriamente pressionada pelo poder das **grandes corporações** transnacionais. Nesse sentido, sejamos “céticos” ou “globalistas”, não podemos deixar de reconhecer que **existem mudanças significativas acontecendo no mundo e que tais mudanças afetam tanto a forma como a política se organiza nas diferentes sociedades quanto as estratégias das organizações e principalmente nossas vidas.**

Essa questão do impacto da globalização em nossas vidas é abordada diretamente por Anthony Giddens (2005). Acreditamos que seja oportuno discutir essa questão para finalizar esta unidade, pois ela ajuda na compreensão da temática abordada. Destaca Giddens (2005, p.68) que:

[...] a globalização está fundamentalmente mudando a natureza de nossas experiências cotidianas. Como as sociedades nas quais vivemos passa por profundas transformações, as instituições estabelecidas que outrora as sustentavam perderam seu lugar. Isso está forçando uma redefinição de aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas, tais como família, os papéis de gênero, a sexualidade, a identidade pessoal, as nossas interações com os outros e nossas relações com o trabalho. O modo como pensamos nós mesmos e nossas ligações com outras pessoas está sendo profundamente alterado pela globalização.

Dentre os principais impactos da globalização em nossas vidas, Giddens (2005) destaca:

- A ascensão de um novo individualismo, em que as tradições culturais, étnicas e religiosas vão perdendo força. Segundo

A questão do fluxo de informações é abordada por Giddens (2005, p.64) ao assinalar que “[...] a difusão da tecnologia da informação expandiu as possibilidades de contato entre as pessoas ao redor do mundo.

Facilitou também o fluxo de informação sobre pessoas e acontecimentos em lugares distantes [...]”.

O papel das corporações transnacionais na economia globalizada pode ser analisado em Giddens (2005, p.65-66).

Giddens (2005, p.68), “no passado, as identidades pessoais dos indivíduos eram formadas no contexto da comunidade onde nasciam”. Nas condições da globalização, tem-se um novo individualismo, no qual “as pessoas devem ativamente se autoconstituir e construir suas próprias identidades”. Como exemplo, o autor cita o caso de um filho primogênito de um alfaiate, que hoje em geral poderia escolher qualquer caminho profissional futuro, contra o fato de que, em épocas anteriores, isso “poderia significar que um jovem aprenderia o ofício do pai e o praticaria por toda a vida” (*idem*).

- Um segundo impacto é quanto aos padrões de trabalho, em que temos novos padrões de comércio, novos tipos de indústria e serviços que trazem novas exigências aos trabalhadores. Nas palavras de (BECK *apud* GIDDENS, 2005, p.70):

Se antigamente a vida de trabalho das pessoas era dominada pelo emprego garantido por apenas um empregador ao longo de muitas décadas – o conhecido modelo do “emprego para a vida inteira” –, hoje, um número maior de indivíduos traça sua própria carreira, perseguindo metas individuais e exercendo a escolha para sua realização. Muitas vezes, isso envolve trocar de emprego várias vezes durante a carreira, constituindo novas capacidades e habilidades e transferindo-as aos diversos contextos de trabalho. Os modelos tradicionais de trabalho em tempo integral estão se transformando em formas mais flexíveis: trabalho em casa auxiliado por tecnologia de informação, trabalho em equipe, projetos de consultoria de curta duração, horário flexível de trabalho e assim por diante.

- No plano da cultura, temos a emergência de uma ordem hegemônica de informação, que é transmitida de forma massiva para todo o globo. O autor cita um interessante exemplo dessa questão, ao analisar a difusão do filme *Titanic*, que re-produzimos aqui (GIDDENS, 2005, pp. 70-71):

Você viu o filme *Titanic*? É bem provável que sim. Estima-se que centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo tenham visto *Titanic* tanto em cinemas como em videocassete.



O filme de 1997 que reconta a história de um jovem casal que se apaixona a bordo de um transatlântico fadado a afundar é um dos filmes mais populares já produzidos. *Titanic* bateu todos os recordes de bilheteria, totalizando mais de 1,8 bilhão de dólares em rendimentos pelas exibições em 55 diferentes países. Em muitos países, durante a estréia de *Titanic*, centenas de pessoas fizeram fila por ingressos que se esgotaram em todas as exibições. O filme tornou-se popular em todas as faixas etárias, mais particularmente entre garotas adolescentes – muitas das quais pagaram para assistir ao filme várias vezes. As estrelas de *Titanic*, Leonardo DiCaprio e Kate Winslet, viram suas carreiras e futuros inteiramente transformados – passaram de atores pouco conhecidos a celebridades globais. *Titanic* é um desses produtos culturais que tiveram sucesso em atravessar fronteiras nacionais e em criar um verdadeiro fenômeno internacional.

O que pode explicar a enorme popularidade de um filme como *Titanic*? E o que o seu sucesso nos diz sobre a globalização? A um primeiro nível. *Titanic* tornou-se popular por razões muito simples: combinava uma trama relativamente simples (um romance com um pano de fundo trágico) com um evento histórico conhecido – o naufrágio, em 1912, do *Titanic*, no qual mais de 1.600 pessoas morreram. O filme foi também ricamente produzido, com grande atenção aos detalhes e incluiu efeitos especiais de última geração.

Mas outra razão para a popularidade de *Titanic* é que ele refletia um conjunto particular de idéias e valores que repercutiu junto às audiências do mundo inteiro. Um dos temas centrais do filme é a possibilidade de o amor romântico prevalecer sobre as diferenças de classe e as tradições familiares. Embora tais idéias sejam de modo geral aceitas na maioria dos países ocidentais, estão ainda se firmando em muitas outras partes do mundo. O sucesso de um filme como *Titanic* reflete a mudança de atitudes para com os relacionamentos pessoais e o casamento, por exemplo, em lugares do mundo onde têm prevalecido valores mais tradicionais. É possível dizer, mesmo assim, que *Titanic*, juntamente com outros filmes ocidentais, contribuiu para essa mudança dos valores, filmes e programas de televisão feitos nos moldes da cultura ocidental e que dominam a mídia global tendem a apresentar um conjunto de pautas políticas, sociais e econômicas que reflete uma visão de mundo especificamente ocidental. Alguns se preocupam com o fato de que a globalização esteja conduzindo a criação de uma “cultura global” em que os

valores de maior poder e riqueza – como filmes produzidos em Hollywood – tenham um efeito devastador sobre a força dos costumes locais e da tradição. De acordo com essa visão, a globalização é uma forma de “imperialismo cultural” em que os valores, os estilos e as visões do mundo ocidental são difundidos de modo tão agressivo que sufocam culturas nacionais particulares.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1992. 2 volumes.
- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORON, Atílio. América Latina: pensamiento único y resignación política. Los limites de una falsa coartada. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n.163, septiembre/octubre, 1999.
- BORON, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- FILGUEIRAS, Luiz Mattos. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FIORI, José Luis; TAVARES, Maria Conceição. **Desajuste global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**. Ensaios sobre a festejada crise do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HUNT, Kenneth E. **História do pensamento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

LEO MAAR, Wolfgang. **O que é política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

MAGALHÃES, José A. F. **Ciência Política**. Brasília: Vestcon, 2001.

MARX, Karl. **O manifesto do partido comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SELL, Carlos E. **Sociologia clássica**. Itajaí: Editora da Univali; Blumenau: Editora da FURB, 2001.

TOSI RODRIGUES, Alberto. **Neoliberalismo: gênese e retórica**. Campinas, maio/junho, 1995. Disponível em: <[www.política.pro.br](http://www.política.pro.br)>.